TL 1852

DIVULGAÇÃO DA MENSAGEM DE KONIS SANTANA

Um Jogo Politico de Mau Gosto

E com profunda consternação que me vejo obrigado a fazer observações neste espaço público sobre a decisão do ETDIC-CNRM-Matebian News em divulgar, na íntegra, a mensagem de felicitação do Comandante Konis Santana, Secretário da Comissão Directiva da FRETILIN (CDF) ao Chefe da Delegação Externa da FRETILIN (DEF), José Luis Guterres, no "Correio Português de 3 de Outubro do corrente ano.

Tratava-se de um documento interno da FRETILIN, classificado pelo Chefe da DEF como sendo de carácter confidencial e, portanto, de circulação restrita aos responsáveis da organização.

Julgo que foi um jogo politico de mau gosto pelo facto de ter sido publicado a pedido de órgãos/departamentos adoptados pelo Sr. José Ramos Horta no actual complexo burocrático do CNRM no exterior.

Devo esclarecer que a referida mensagem foi-me entregue pelo Sr. José Ramos Horta em Maio do corrente ano que, na ocasião, garantiu-me que não tinha conhecimento do seu conteúdo porque, cito, "não li e nem tirei fotocópias do documento". No entanto, no encontro que tivemos a 16 de Setembro, o qual contou com a presença do Secretário do Comité da FRETILIN de NSW, o Sr. José Ramos Horta, na sequência de uma discussão, decidiu ler-nos partes do referido documento, justificando-se que tinha recebido uma cópia recentemente. Respondi-lhe que o Chefe da DEF já tinha feito circular este documento aos restantes membros da Direcção.

Questiono assim as intenções dos promotores da divulgação da mensagem nos seguintes pontos:

1 - Teria este acto o objectivo de provocar debate interno no seio da FRETILIN?

Se for esta a intenção, devo esclarecer que as questões de ordem organizacional são da competência exclusiva dos membros da FRETILIN. Cabe aos seus membros, criar as condições necessárias para encetar e conduzir o debate, em tempo oportuno, de assuntos ligados à vida da organização. As questões relacionadas com o conteúdo da mensagem do Comandante Konis Santana foram objectos de discussão na Plenária da FRETILIN em Abril último tendo esta conferido plenos poderes à Chefia para debruçar seriamente sobre as mesmas nos seus posteriores contactos com a CDF. Não me parece

pertinente explanar quaisquer questões de relacionamento da DEF com a Liderança no interior e por aqui me fico.

2 - Seria esta uma tentativa de forçar a autoridade do Sr. José Ramos Horta sobre a FRETILIN?

Quanto a isto, gostaria de fazer lembrar a equipa de ETDIC-CNRM-MN, sediada em Sydney, que:

a) O Sr. José Ramos Horta auto-demitiu-se do cargo de dirigente da FRETILIN em 1990 e de membro, em Abril de 1994 aquando da realização da Plenária dos Delegados em Lisboa.

b) A actual DEF é composta por um corpo dirigente de 9 elementos (Conselho Central), eleitos por escrutínio secreto, em Plenária realizada em Abril último. A Chefia, constituida por membros do Comité Central da FRETILIN (os únicos no exterior), é composta por José Luis Guterres (Chefe) e Mari Alkatiri e Roque Rodrigues como Vice-Chefes.

c) A Plenária dos delegados optou pela continuidade politico-partidária da FRETILIN. Os órgãos dirigentes eleitos expressam a vontade dos membros da organização. Sempre que as circunstâncias não permitirem debates oportunos, os membros dos escalões inferiores acatam as decisões tomadas a nível superior para se poder garantir a funcionalidade da organização.

Sendo estas as bases do funcionamento da FRETILIN, torna-se ilógico impôr a submissão da mesma às vontades de uma pessoa não vinculada à organização. Se isso acontecesse, cometeríamos o grave erro de menosprezar uma organização que possui valores inagavelmente importantes para o processo de libertação de Timor-Leste.

Todo aquele que vise denegrir a integridade da FRETILIN para tentar sobressair-se neste processo, eu diria que comete uma imprudência politica pois, apesar de limitações de vária ordem, mau grado os erros cometidos, a organização lutou e tem lutado com firmeza em prol da libertação de Timor Leste. Eu tenho a certeza que os membros da FRETILIN erguer-se-ão, em unissono, para defender a memória e a herança dos que tombaram em várias frentes da luta em prol dos ideais da organização.

3 - Teria sido lançada para impôr o Plano de Paz do CNRM?

O Plano de Paz, que eu preferia chamar de "propostas de resolução", é quanto a mim, um documento tão válido como outro qualquer que vise solucionar o problema de Timor Leste.

A DEF sempre endossou a proposta de negociações sem pré-condições lançada em Setembro/90 pelo Comandante Xanana Gusmão como fórmula para a primeira fase de diálogo formal com a Indonésia. A organização possui, no entanto, um conjunto de requisitos para serem colocados à mesa das negociações numa fase posterior. Os últimos acontecimentos apenas comprovam esta aproximação.

Faço saber, no entanto, a disposição da DEF em discutir com outras componentes da Resistência uma estratégia comum para as futuras conversações.

4 - Terá sido com intenção de reforçar o papel do CNRM e o seu apartidarismo?

O reforço do papel do CNRM como órgão nacional supra-partidário é uma questão que não compete apenas à FRETILIN. De outro modo, o CNRM poderia ser visto como uma outra face da FRETILIN e voltaríamos assim a cometer o mesmo erro dos anos setenta e princípios de oitenta quando nos auto-proclamávamos de vanguarda única do povo de Timor Leste, menosprezando a participação de outras forças nacionalistas.

A representação da Resistência Timorense é um assunto de extrema importância que deve ser matéria de concórdia de todas as suas componentes, em especial da UDT e da FRETILIN. Qualquer tentativa de imposição de ideias, aproveitando-se dos condicionalismos da luta, em nada contribui para a unidade que se pretende edificar.

A existência de um órgão nacional supra-partidário não implica que as actuais organizações políticas timorenses deixem de ter expressão nas questões de ordem nacional. Pelo contrário, estando funcionais todas as componentes da Resistência, mais fácil se pode accionar os mecanismos de Unidade Nacional - o alicerce da nossa vitória nesta fase de libertação nacional e, como povo independente. Digo isto porque cada organização:

a) expressa a vontade de uma boa porção do povo timorense;

b)assume a quota-parte de responsabilidade na condução do processo;

c) é uma escola para o cultivo do espírito de tolerância - essencial para o bom relacionamento com outras componentes da Resistência.

O entendimento das Partes é possível desde que haja diálogo consistente, coerente e honesto. As iniciativas conjuntas da UDT e da FRETILIN nos últimos anos expressam o espírito de cooperação em torno de objectivos comuns.

Já agora devo chamar a atenção dos leitores sobre a actuação cada vez mais distanciada da equipa nomeada pelo Sr. José Ramos Horta. No exterior, o CNRM está a apresentar-se cada vez mais como uma terceira força política. Vejamos alguns aspectos que fundamentam esta proposição:

1 - O CNRM tem estado a divulgar um programa político de acção para Timor Leste sem qualquer consulta às duas componentes da Resistência, a FRETILIN e a UDT. Quando tomei conhecimento do referido documento, via Pegassus, telefonei imediatamente ao Sr. José Ramos Horta a propósito da omissão de aspectos históricos e ainda sobre a definição deste órgão Nacional da Resistência. Chamei-lhe a atenção que este documento poderia levar a que o CNRM pudesse ser visto como uma terceira força política timorense. Não me oponho nem me julgo no direito de o fazer, se for esta a vontade do Sr. José Ramos Horta e dos seus colaboradores. Uma coisa é certa: a actual conjuntura política timorense exige uma clarificação de conceitos e de posições para evitarmos confusões de identidade.

2 - O Sr. José Ramos Horta, já na qualidade de Representante Especial do CNRM, afirmou em diversas ocasiões que não haveria de nomear representantes do CNRM nos locais ou regiões onde existissem representantes da FRETILIN e da UDT. Vemos hoje proliferar representantes na Europa, Portugal e Austrália, países onde as duas organizações têm as bases consolidadas e com dirigentes. Pergunto: estes elementos nomeados são apenas representantes do SR. José Ramos Horta? Se o seu estatuto for de representantes do CNRM, então o conceito da Resistência Timorense terá que ser redefinido.

Debruço ainda hoje sobre as questão dos recursos financeiros e materiais concedidos à Resistência Timorense. A administração destes recursos tem sido da competência exclusiva do Sr. José Ramos Horta e da sua equipa. Se se pretende que o CNRM seja um órgão verdadeiramente nacional, julgo que se deveria tomar a peito os esforços das outras componentes da Resistência em desenvolver trabalhos em prol da independência de Timor Leste. Para evitar choques desnecessários, dever-se-ia criar uma equipa constituida por elementos indicados pela FRETILIN, UDT e Representante Especial para permitir uma fiscalização independente e controlo dos recursos. A título de exemplos cito o ANC da Africa do Sul e a OLP, organizações de carácter nacional cujo funcionamento se baseia no consenso das partes intervenientes. Os recursos concedidos a estas organizações são administrados por equipas nomeadas por um conselho ou executivo nacional.

Para resolver alguns destes equívocos, no meu último encontro com o Sr. José Ramos Horta (conversa gravada por aceitação de ambas as partes), realizado a 16 de Setembro, disse-lhe que não poderiamos continuar a trabalhar nos mesmos moldes. Voltei a insistir na necessidade de promovermos ainda este ano ou principios do próximo ano, uma reunião entre as Direcções da UDT e da FRETILIN, para obtermos consenso em questões de ordem nacional, nomeadamente, uma estratégia única para as conversações, a formação de um Secretariado conjunto da Resistência e a elaboração de normas básicas de conduta.

Sydney, 6 de Outubro de 1994.
ESTANISLAU DA SILVA
Membro do Conselho Central da DEF.